

A CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO EM DIVERSAS FRENTES NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Entre abril e maio de 2021, servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) estiveram envolvidos em eventos e reuniões com parceiros internacionais nas áreas de transparência, acesso à informação, integridade, auditoria interna, governança corporativa e conduta empresarial.

A 13ª edição do Boletim CGU Internacional detalha a última reunião do Grupo Anticorrupção do G20, a primeira reunião do ano do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários sobre Integridade e as atividades do Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No âmbito da transparência, acesso à informação e integridade pública, a edição traz informações sobre a primeira sessão de intercâmbio da Rede de Portais de Transparência da América Latina, a reunião da Rede de Transparência e Acesso à Informação, a realização da Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação, sediada pelo Brasil, além de informar sobre a reunião promovida pela OCDE junto com a Organização dos Estados Americanos sobre integridade no serviço público. Quanto à auditoria interna, apresenta um relato sobre a XVI Reunião Especializada de Organismos Governamentais do Mercosul.

No período, também houve avanço no processo de avaliação da política de governo aberto e no projeto de reformulação do Portal de Dados Abertos, que tem promovido o diálogo da equipe da CGU com especialistas internacionais. Em parceria com a OCDE, a CGU anunciou os valores do serviço público e participou da 40ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa.

A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais agradece as contribuições ao boletim e permanece à disposição para receber sugestões, críticas e textos por meio do e-mail assessoria.internacional@cgu.gov.br.

NOTÍCIAS

CGU E OCDE ANUNCIAM OS VALORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Registro do evento sobre valores do serviço público

A Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), anunciou, no dia 23 de abril, os sete valores do Serviço Público Federal. Os conceitos foram escolhidos entre 93 mil sugestões recebidas com base em pesquisa eletrônica feita com servidores públicos federais, entre outubro e dezembro de 2020.

Os valores escolhidos foram: **engajamento, gentileza, imparcialidade, profissionalismo, justiça, vocação pública e integridade.**

Na ocasião, o ministro Wagner Rosário destacou a importância dos projetos da CGU com a OCDE para o Poder Executivo federal e para a adesão do Brasil à Organização. Já o secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, Roberto Viegas, falou sobre a importância dos valores para além dos controles, e da necessidade de incentivar condutas positivas dos agentes públicos.

O evento contou com a participação da Diretora de Governança Pública da OCDE, Elsa Pilichowski, do analista de políticas da Divisão de Integridade Pública da OCDE e coordenador do projeto, Frédéric Boehm, e da ex-diretora da Função Pública da Colômbia, Liliana Caballero.

CGU COMPARTILHA EXPERIÊNCIA SOBRE O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

A Rede de Portais de Transparência da América Latina, criada pela [Global Initiative for Fiscal Transparency](#), realizou sua primeira sessão de intercâmbio de experiências no dia 4 de maio, focada no tema “Público-alvo”. A equipe da Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, apresentou a experiência do Portal da Transparência brasileiro. Em 2018, o processo de construção da nova versão do Portal utilizou técnicas modernas para definir os usuários e trabalhar suas diferentes perspectivas.

A apresentação da Controladoria-Geral da União detalhou a construção das “personas” realizada neste processo, a aplicação de pesquisas e testes de usabilidade, assim como o trabalho continuado, que é feito com os diferentes públicos. A exposição contou ainda com a apresentação dos resultados alcançados em 2020: crescimento de 30% no número de visitas e a superação de marcas como mais de 400 mil contribuições da sociedade nas ferramentas de *crowdsourcing* e mais de 170 milhões de requisições por meio da Interface de Programa de Aplicativos (API), que permite a consulta aos dados sem precisar navegar pelo portal.

A Rede de Portais de Transparência da América Latina foi criada em 2020 com o objetivo de promover, entre os países da região, o intercâmbio de conhecimentos sobre a gestão e tecnologias dos portais.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE GOVERNO ABERTO NO BRASIL TERÁ NOVA RODADA DE ENTREVISTAS

Em março, o corpo técnico da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizou entrevistas virtuais com diversos órgãos públicos do Poder Executivo federal, a fim de conhecer mais sobre as medidas implementadas para a promoção dos princípios de governo aberto: transparência, participação social e espaço cívico, accountability e integridade. A etapa deu sequência ao levantamento de informações obtidos por questionários produzidos pela Organização como parte do processo de [Avaliação sobre Governo Aberto no Brasil](#).

No dia 7 de maio, a Diretoria de Transparência e Controle Social, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (DTC/STPC), e a OCDE se reuniram e programaram para o mês de junho uma nova sequência de entrevistas para coleta de informações.

As entrevistas serão realizadas com outros atores do país, representantes de entes subnacionais (estados e municípios) e de outros poderes. Assim, a OCDE poderá ter um melhor entendimento do funcionamento das instituições brasileiras e seus respectivos papéis. Como órgão coordenador da Política de Governo Aberto do Brasil definido pelo Decreto 10.160/2019, a Controladoria-Geral da União, por meio da DTC/STPC, faz a interlocução e o acompanhamento de todo o processo de junto à OCDE.

COMEÇA A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COMISSÁRIOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - ICIC

A Conferência, inicialmente prevista para acontecer de forma presencial, em 2020, em Brasília, está sendo realizada virtualmente ao longo de 2021, em razão das medidas restritivas adotadas no Brasil e em grande parte do mundo para evitar a disseminação da Covid-19. A ICIC 2021 contará com oito webinários temáticos que ocorrerão ao longo do ano, além de três workshops, uma reunião paralela da sociedade civil, uma sessão fechada e uma chamada de artigos. A programação completa pode ser acessada na [página do evento](#).



O ministro Wagner Rosário na abertura da Conferência



Painelistas do primeiro webinar do ICIC

Dando início ao ciclo de eventos que farão parte da ICIC 2021, a Ouvidoria-Geral da União, responsável pela organização da Conferência, promoveu no dia 26 de maio o webinar *Transparência e Confiança em Tempos de Pandemia*. O webinar contou com a abertura da comissária de Informação do Reino Unido Elizabeth Denham e do ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário.

O Painel, transmitido em inglês, contou com a mediação de Toby Mendel, Diretor Executivo do *Centre for Law and Democracy*, do Canadá, e com a participação dos painelistas David Lyon, diretor do *Surveillance Studies Centre at Queen's University*, também do Canadá; Fatou Jagne Senghore, diretora regional do *Article 19* para o Oeste da África, do Senegal; e Amy Slipowitz, gerente de pesquisa da *Freedom House*, dos Estados Unidos.

Esse primeiro evento abordou discussões sobre o declínio da confiança em governos durante a pandemia; sobre como a transparência pode ajudar na reconstrução da confiança e como os governos podem agir para aumentar a transparência e promover essa reconstrução; e sobre a importância do direito de acesso à informação nesse período de crise sanitária. A íntegra do webinar está disponível no [canal da CGU no YouTube](#).

Além do início da sequência de webinários, também foi iniciada no período a [chamada de artigos da ICIC 2021](#), com o edital lançado em 31 de abril de 2021. Os temas da chamada acompanham os temas dos webinários e workshops da ICIC e os interessados podem submeter os seus artigos até o dia 1º de agosto de 2021.

REESTRUTURAÇÃO DO PORTAL DE DADOS ABERTOS: EQUIPE DA CGU SE REÚNE COM ESPECIALISTAS INTERNACIONAIS

O projeto de reestruturação do Portal Brasileiro de Dados Abertos, realizado pela Diretoria de Transparência e Controle Social, em parceria com a Diretoria da Tecnologia da Informação, da Controladoria-Geral da União, está na etapa de seleção da plataforma de catalogação de conjuntos de dados a ser utilizada como base para o novo Portal. A partir da escolha da ferramenta, serão desenvolvidas funcionalidades complementares e uma interface totalmente reformulada para facilitar a interação com os usuários e promover o efetivo reuso de dados abertos. O projeto também envolve consultoria da Unesco, agência das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Entre março e maio, foram realizadas diversas reuniões com especialistas nas principais ferramentas de catalogação e com governos de países que utilizam tais plataformas. Objetiva-se, com as reuniões, realizar *benchmarking*, colher informações sobre novas funcionalidades disponíveis, além de conhecer a experiência de outros países e suas políticas de dados abertos.

A reunião mais recente, em 27 de maio, contou com a participação da equipe responsável pelo portal de dados abertos da Colômbia, considerado o número 1 na América Latina e 3ª no ranking mundial, na avaliação do OURData Index, da OCDE, que avalia portais e políticas de dados abertos de diversos países.

Em outras ocasiões, o contato se deu com a equipe do Portal da Eslovênia, que usa a mesma ferramenta que o Portal Brasileiro (*Comprehensive Knowledge Archive Network - CKAN*, uma aplicação web de catalogação de dados desenvolvido pela *Open Knowledge Foundation*); com responsáveis pelo Portal de Dados Abertos de Portugal, que usa a ferramenta de catalogação Udata, originalmente desenvolvida pelo governo francês; com o criador da ferramenta CKAN, assim como com a equipe técnica da empresa Datopian, para esclarecimento de dúvidas técnicas sobre a ferramenta; e com a empresa Tyler Technologies, que representa a plataforma de dados Socrata.

OEA E OCDE REALIZAM REUNIÃO SOBRE INTEGRIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO



Em 28 de maio de 2021, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizaram a segunda reunião sobre integridade no serviço público. O Brasil foi representado pela Controladoria-Geral da União, com a participação da coordenadora-geral de

Registro da reunião promovida pela OEA e OCDE

Integridade Pública, Carolina Carballido. A primeira reunião conjunta foi realizada em setembro do ano passado.

Em dezembro de 2020, o Brasil foi entrevistado para compartilhar as suas experiências a respeito do tema integridade no serviço público. A reunião, conduzida por Frédéric Boehm, analista da Divisão de Integridade Pública da OCDE, e por Miguel Peñalillo, consultor pela OEA, contou com a apresentação dos resultados obtidos a partir das entrevistas e dos dados coletados junto aos países.

O material servirá como insumo para uma publicação que abordará como desenvolver a integridade no serviço público, passando pelos normativos internos e recomendações internacionais, a fim de desenvolver capacidades e implementar valores de maneira efetiva. A referida publicação terá, ainda, foco especial na crise advinda da pandemia da Covid-19, trazendo as principais ações de cada país.

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

G20 – 1ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO ANTICORRUPÇÃO (ACWG) (29 de março a 1º de abril de 2021)

Entre os dias 29 março e 1º de abril, o Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (*Anti-Corruption Working Group - ACWG*) realizou, em formato virtual, sua primeira reunião de 2021, sob a

copresidência de Itália e Índia. A delegação brasileira foi chefiada pela Assessora Especial para Assuntos Internacionais da Controladoria-Geral da União, Elizabeth Cosmo, e contou com a participação de representantes da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A agenda do primeiro encontro do ACWG tratou de importantes temas priorizados pela presidência italiana, como o desenvolvimento e a aplicação de novas metodologias para a mensuração da corrupção; o suborno transnacional; a definição de princípios de alto nível sobre novas formas de corrupção, como aquelas relacionadas ao crime organizado, aos esportes e às situações de crise e emergência; além da elaboração do Plano de Ação do Grupo para o período de 2022-2024; e da discussão do formato do *Accountability Report* para 2021, a ser preenchido pelos países do grupo.

Durante a reunião, os países do ACWG concluíram a discussão e alcançaram consenso sobre a proposta de redação dos Princípios de Alto Nível sobre Corrupção relacionada ao Crime Organizado. O documento representa um importante marco legal internacional no combate à exploração da corrupção e à infiltração no setor público por grupos criminosos organizados.

O destaque da reunião ficou por conta da realização de painel de alto nível sobre corrupção no esporte, com a participação de autoridades do esporte mundial, como o presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Thomas Bach, e o presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA), Gianni Infantino.



Presidente da FIFA, Gianni Infantino, durante Painel sobre Corrupção no Esporte

O presidente da FIFA destacou a adoção de diversas medidas internas, após os recentes escândalos envolvendo a instituição, como o incremento da transparência nas contas e transações financeiras, instituição de controles nos processos de contratações e prestação de serviços, instauração de um comitê de *compliance*, além de medidas para combater *match-fixing* e apostas ilegais, entre outras.

A reunião marcou também o lançamento de um website dedicado ao ACWG, reunindo todos os documentos adotados pelo grupo anticorrupção ao longo dos anos, a fim de aumentar a visibilidade dos resultados e torná-los mais acessíveis ao público geral, aos governos e à sociedade civil. A página, hospedada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), pode ser

acessada pelo seguinte endereço: <https://www.unodc.org/unodc/en/corruption/g20-anti-corruption-resources/by-thematic-area.html>

No último dia do encontro, a presidência do G20 promoveu reunião conjunta do ACWG com o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) para discutir novas maneiras de se fortalecer a transparência dos beneficiários finais para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, incluindo a transparência das aquisições na era da transformação digital. A Comissão Europeia, Grupo *Egmont*, *Europol*, *Moneyval*, *Open Government Partnership* e *Open Contract Partnership* foram os principais apresentadores nessa sessão. A última reunião deste tipo havia ocorrido em outubro de 2016.

A próxima reunião do ACWG está prevista para ocorrer, ainda virtualmente, nos dias 21 a 24 de junho. O grupo irá retomar as discussões sobre os temas prioritários, com ênfase na elaboração do Plano de Ação para o período de 2022-2024, que levará em conta os resultados da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Corrupção (UNGASS).

OCDE - 40ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA COORPORATIVA DA OCDE (20 a 21 de abril de 2021)

Nos dias 20 e 21 de abril de 2021, a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria Geral da União (CGU), participou da 40ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa (*Corporate Governance Committee*), organizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio de videoconferência. No evento, foram discutidos temas relacionados à governança corporativa, continuando com o enfoque na crise da Covid-19 e suas repercussões para os mercados, e as medidas de implementação da governança corporativa nos países.



A servidora Aline Marinho acompanha o evento

No primeiro dia do encontro, houve a apresentação das inovações do “*Corporate Governance Factbook 2021*”, publicação bianual de apoio à implementação de boas práticas de governança corporativa. Essa publicação servirá de referência para a futura revisão dos [Princípios de Governança Corporativa de G20/OCDE](#) e será disponibilizada na [página da organização](#).

Em seguida, a pauta do evento foi sobre a edição de 2021 da “*DAF Business and Finance Outlook*”, publicação anual sobre tendências na área de negócios, finanças e investimentos, que abordará o tema “inteligência artificial”.

O Grupo de Trabalho sobre Práticas de Privatização e Propriedade Estatal tratou sobre: anticorrupção e integridade nas empresas estatais; transparência e divulgação; Covid-19 e crise, e o impacto desses temas para empresas estatais. Também ocorreu o lançamento do documento “[Anti-Corruption and Integrity in State-Owned Enterprises in Latin America](#)”, fruto de pesquisa realizada com os países latino-americanos, incluindo o Brasil. Houve ainda uma atualização sobre o trabalho do Comitê de Governança Corporativa na Ásia.

No segundo dia, o principal enfoque foi a finalização do relatório “*The Future Role of Corporate Governance and Capital Markets: Lessons from the Covid-19 Crisis*” e a importância desse documento para identificar tópicos para a revisão dos Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE, além da necessidade de manutenção de estudos nessa mesma linha para verificação das implicações da pandemia de Covid-19 a médio e longo prazo para a governança e as finanças corporativas.

O evento contemplou outros tópicos como o projeto o *OECD Going Digital II*, marcado pela conclusão de dois relatórios, que serão publicados no site da OCDE, destacando a importância da digitalização no momento atual e questionando como a América Latina pode contribuir com o tema.

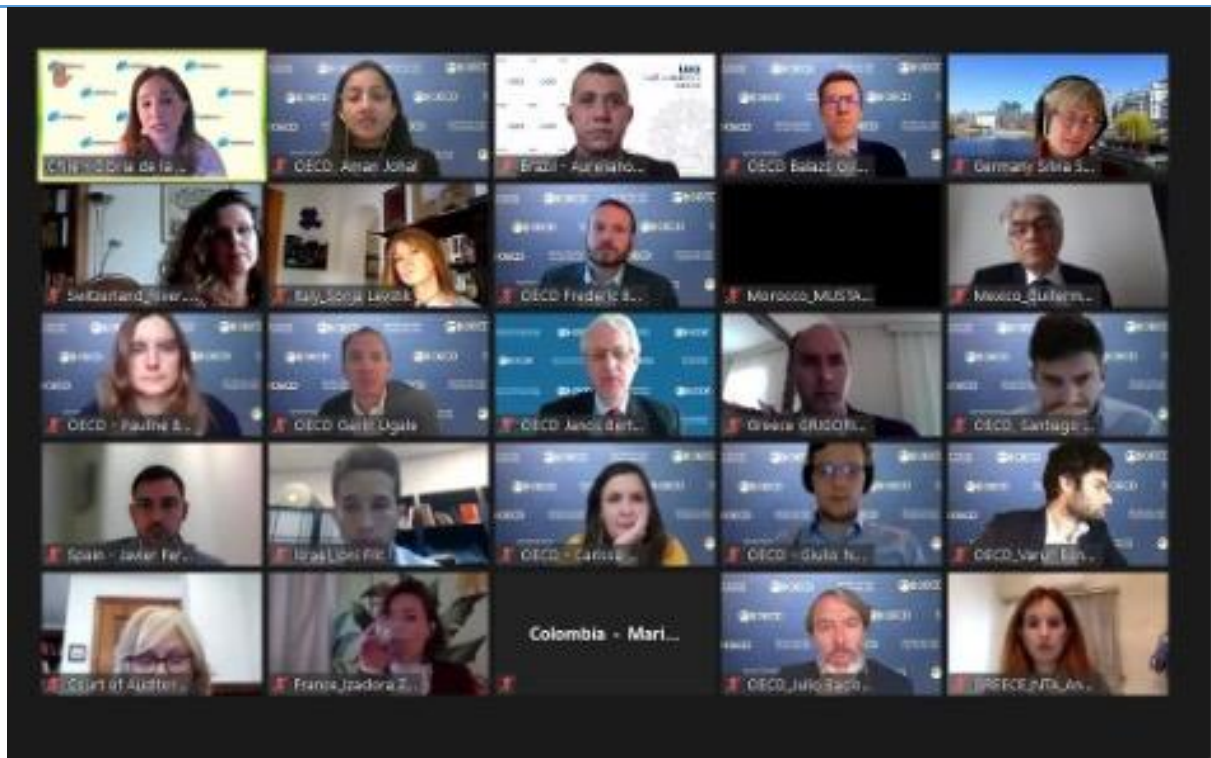
A discussão sobre questões sobre gênero passou por políticas e práticas para promover as mulheres em papéis de liderança no setor privado. Em novembro de 2020, foi publicado um relatório a respeito e novos achados serão incluídos no *Factbook 2021*.

Fechando o encontro, foi anunciada a realização de uma mesa redonda no final de 2021, a ser sediada no Peru, com intuito de atualizar o programa de governança corporativa da América Latina.

OCDE – REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS SOBRE INTEGRIDADE PÚBLICA – SPIO (04 de maio de 2021)

Em 4 de maio de 2021, o Grupo de Trabalho de Altos Funcionários sobre Integridade Pública (*Working Party of Senior Public Integrity Officials – SPIO*) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizou sua primeira reunião do ano, virtualmente.

Os pontos da agenda do evento compreenderam a apresentação e considerações acerca das medidas concretas para prevenção da corrupção durante o período de recuperação da crise de Covid-19, discutindo como se preparar para a demanda por integridade esperada; de ferramentas inovadoras que contribuem para a implementação da integridade pública; do primeiro conjunto de dados coletados relacionados aos Indicadores de Integridade Pública da OCDE; e das medidas para incremento de due diligence dos esquemas de investimentos com vistas à concessão de passaporte e residência em países europeus.



O servidor Aureliano Junior e participantes da reunião

Já na abertura, a diretora de Governança Pública da OCDE, Elsa Pilichowski, fez referência à publicação do [Relatório “Lobbying in the 21st Century”](#), que reproduz o Relatório de Implementação da Recomendação da OCDE sobre os Princípios de Transparência e Integridade em Atividade de Lobby, no dia 20 de maio de 2021. Ela destacou que após a publicação do referido Relatório, seria iniciado o processo de revisão dos princípios. A diretora ainda fez um chamamento aos países para que continuem a alimentar a plataforma do Toolkit de Integridade Pública da OCDE, oferecendo suas contribuições e compartilhando suas experiências com ferramentas voltadas para a implementação da integridade. Elsa Pilichowski parabenizou o trabalho realizado pela força-tarefa, no âmbito do SPIO, para o desenvolvimento e implementação dos Indicadores de Integridade da OCDE.

O primeiro painel tratou das medidas concretas para prevenção da corrupção durante o período de recuperação da crise de Covid-19. Os Estados Unidos se referiram à temática em torno do beneficiário final; a Grécia apresentou a estratégia multissetorial comandada por sua Autoridade Nacional de Transparência; a Itália focou em licitações e compras emergenciais; o uso de inteligência artificial para fiscalização e recuperação de recursos relacionados a compras públicas permeou a apresentação da Colômbia; enquanto o Chile trouxe contribuições sobre o ecossistema de transparência.

Na sequência, foram apresentadas ferramentas já disponibilizadas na plataforma do [Toolkit de Integridade Pública da OCDE](#), tais como o sistema de gestão de riscos de corrupção em cargos públicos, da Alemanha; o cadastro de interesses privados e o cadastro de lobistas, da Lituânia; o sistema de denúncias de corrupção e de conflito de interesses, da Letônia; e o aparato de treinamento sobre ética do *Institute of Ethics in Government*, dos Estados Unidos.

Acerca dos Indicadores de Integridade Pública da OCDE, foi solicitado aos países ampliar o engajamento para melhor coleta de dados em relação aos itens do questionário. Foi abordado o paradoxo fracasso da teoria x fracasso da implementação, que procura trabalhar questões relacionadas à melhor estratégia de utilização dos indicadores. Jesper Johnson, coordenador da força-tarefa, informou, ainda, que os próximos indicadores a ser aplicados serão aqueles referentes, primeiramente, ao princípio 13 – *Accountability* na elaboração de políticas públicas e, logo após, ao princípio 12 – Poder da fiscalização e controle externos.

Representando a Controladoria-Geral da União, o servidor Aureliano Vogado Rodrigues Junior, da Coordenação-Geral de Integridade Pública, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, destacou a importância de a OCDE conceder um período maior para a coleta de dados, tendo em vista a necessidade de articulações internas com outras instituições e outros poderes, além de apontar que seria importante que os dados resultantes dos indicadores pudessem ser apresentados de forma que os países tivessem padrões de comparação.

Sobre o último ponto da agenda, aplicação de *due diligence* mais robusta na concessão de passaportes e permissão de residência para investidores em países europeus, foi exposto o grande risco do uso dos esquemas de investimentos para obtenção de múltipla nacionalidade, com a finalidade de esconder fundos ou produtos de lavagem de dinheiro. Assim, os países, como por exemplo a Grécia, apresentaram medidas para dificultar as práticas fraudulentas e criminais em relação ao tema.

Como parte final, a OCDE informou que, em breve, será lançado um relatório de monitoramento dos Indicadores de Integridade.

A realização da segunda reunião do ano do SPIO está prevista para o período entre setembro e novembro de 2021.

OCDE – REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS SOBRE INTEGRIDADE PÚBLICA (SPIO) SOBRE INDICADORES DE INTEGRIDADE (26 de maio de 2021)

O Grupo de Trabalho de Altos Funcionários sobre Integridade Pública (*Working Party of Senior Public Integrity Officials – SPIO*) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizou a primeira reunião sobre a aplicação dos Indicadores de Integridade Pública nos países da América Latina, em 26 de maio.

Único país da região a participar do piloto, desde o início do projeto, o Brasil, representado pela coordenadora-geral de Integridade Pública, Carolina Carballido, da Controladoria-Geral da União, apresentou a sua experiência nas atividades do projeto piloto, compartilhando as dificuldades encontradas e como o país poderia utilizar os indicadores na elaboração de políticas de integridade pública.

The image is a screenshot of a video conference. On the left, a presentation slide is visible. The slide has a title 'Indicadores de gobiernos para gobiernos' with a logo of two green arrows. Below the title, it says 'Grupo de Trabajo de la OCDE de Funcionarios Superiores de Integridad Pública (SPIO)'. The main content of the slide is a diagram. On the left, a rounded rectangle labeled 'Indicators Task Force' contains a circular arrangement of icons representing countries: Brasil, Alemanha, Austria, Francia, Países Bajos, Italia, Reino Unido, and Eslovaquia. To the right of this rectangle is a flowchart with three boxes: 'Desarrollo de los indicadores', 'Piloto', and 'Colección de datos SPIO'. Below the flowchart, it says 'Proceso de validación con expertos y organizaciones internacionales'. On the right side of the screenshot, there are five video thumbnails of participants. The top one is Carolina Carballido. The second one is also Carolina Carballido. The third one is Aureliano Vogado Rodrigues Junior. The fourth one is a man in a suit. The fifth one is a man in a blue shirt.

A servidora Carolina Carballido acompanha apresentação da OCDE

O chefe da Divisão de Integridade Pública da OCDE, Julio Bacio Terracino, ressaltou a importância do uso dos indicadores, que são baseados em dados governamentais de diversos órgãos dos países, formando uma grande base de dados de fácil acesso, em ambiente web.

Na sequência, Frédéric Boehm, analista da Divisão de Integridade Pública da OCDE e líder dos trabalhos nos países da América Latina e Caribe, apresentou os resultados do piloto e uma proposta para a continuação do projeto.

O objetivo da OCDE é, a partir do interesse dos países da região, buscar fundos para a aplicação dos indicadores nas diferentes localidades, mantendo os dados em um site. A Organização também pretende produzir subsídios para informes do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), assim como no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, e para a segunda edição da [publicação Integridade Pública na América Latina e Caribe](#).

RTA - XX ENCONTRO DA REDE DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO (12 a 14 de maio de 2021)



Encontro da RTA – membros da Rede

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou do XX Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA), realizado no formato virtual, no período de 12 a 14 de maio. A CGU foi representada por servidores da Ouvidoria-Geral da União, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção e da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais.

A RTA foi fundada para criar um espaço para a troca de experiências, diálogos e boas práticas de acesso à informação e transparência, para apoiar a implementação e o escopo desses direitos na região.

Atualmente a rede é composta por 37 membros, dentre eles 17 instituições de países ibero-americanos, membros subnacionais, uma fundação internacional (*Fundación Internacional* y

para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas), uma Rede Federal da Argentina e duas agências Internacionais (Banco Mundial e Organização de Estados Americanos), além de contar com apoio do EUROsociAL+: *programa para la cohesión social en América Latina*.

O evento teve por objetivo acompanhar os avanços dos compromissos da Rede Iberoamericana de Transparência e Acesso à Informação, bem como seus projetos estratégicos e de cooperação entre os países membros.

Os membros da RTA elegeram o novo conselho administrativo da Rede para o período de 2021 a 2024. O *Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales do México* assumiu o cargo de presidente, o *Consejo para la Transparencia do Chile* assumiu a secretaria-executiva, e a Controladoria-Geral da União assumiu o cargo do Conselho Diretivo da RTA.

O ouvidor-geral da União, Valmir Dias, reconheceu os resultados da última gestão e destacou como o ingresso da CGU na RTA, em 2011, relacionou-se com a publicação e a implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil. Reassumiu o compromisso com a transparência e o acesso à informação, sobretudo reconhecendo-os como direitos instrumentais para soluções coletivas, necessárias a toda a região.

A convite da Unesco, a CGU apresentou a experiência nacional de articulação com a Secretaria de Governo da Presidência da República e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para levantamento de dados que visam subsidiar a elaboração do Relatório Global da Unesco sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.10.2, para apoiar o monitoramento da implementação do Direito de Acesso à Informação nos países. O Relatório será divulgado como na comemoração do Dia Internacional para o Acesso Universal à Informação, em 28 de setembro de 2021. As conclusões também subsidiarão o Relatório Anual de Progresso do Secretário-Geral da ONU sobre os ODS.

Dentre os resultados do encontro, destaca-se também a aprovação da Declaração intitulada: "[A importância de consolidar os órgãos que garantem o direito de acesso à informação para reforçar a confiança da sociedade no Estado de Direito](#)".

A Assembleia da RTA avançou no monitoramento dos trabalhos referentes ao desenvolvimento da transparência e do acesso à informação nos países, em matérias específicas, como de promoção desses direitos para grupos em situação de vulnerabilidade, grupo que é coordenado pelo chefe de gabinete da Ouvidoria-Geral da União, Marcos Lindenmayer; no grupo de indicadores regionais, em parceria com a Universidade Complutense de Madrid; no grupo de transparência da elaboração das políticas públicas (transparência por desenho); no grupo de jurisprudência do direito de acesso à informação na região; dentre outros grupos dos quais a CGU é parte protagonista.

O Tribunal de Transparência e Acesso à Informação Pública do Peru será sede do próximo encontro da Rede.

OCDE – REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE CONDUTA EMPRESARIAL RESPONSÁVEL (18 de maio de 2021)

A Diretoria de Promoção da Integridade, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, participou de reunião do Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A reunião foi realizada no dia 18 de maio e teve como foco principal a discussão sobre o processo de revisão das [Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais](#), o chamado *stocktaking* das diretrizes.

O processo consiste em avaliar a adequação e a relevância das Diretrizes diante das evoluções ocorridas no âmbito da conduta empresarial responsável no mundo, buscando promover aprimoramentos para que o documento continue atual e coerente com seus objetivos.

O Brasil tem contribuído para o processo de revisão por meio do Ponto de Contato Nacional para as Diretrizes, coordenado pelo Ministério da Economia, bem como dos ministérios responsáveis pelos assuntos abrangidos no documento. Nesse contexto, a CGU tem atuado para trazer questões relevantes para a integridade empresarial que ainda não estão diretamente contempladas nas Diretrizes.

REOGCI - XVI REUNIÃO DE ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS DO MERCOSUL (19 de maio de 2021)

A XVI Reunião Especializada de Organismos Governamentais do Mercosul (REOGCI) ocorreu no formato virtual, em 19 de maio, com a participação de representantes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, além do Brasil, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

No painel sobre o tema “Considerações da auditoria interna em resposta à pandemia”, os países relataram suas experiências e as medidas que adotaram. De modo geral, foram apresentadas ações preventivas, como apoio à elaboração de normativos extraordinários para contenção da crise; uso de tecnologias para acompanhamento automatizado de valores repassados para combate à pandemia; avaliação de contratações emergenciais relacionadas à crise; esforço conjunto com outros órgãos de controle para monitoramento da aquisição e da distribuição de vacinas.

Além disso, foram mencionadas ações voltadas ao combate à corrupção relacionadas a repasse de valores para enfrentamento da pandemia, bem como a apurações de denúncias relativas ao processo de contratações emergenciais e ao processo de vacinação.

Foram destacadas, ainda, as ações de adaptação do processo de trabalho de auditoria durante a pandemia, como uso de tecnologias para trabalhos remotos, incremento das atividades de capacitação dos auditores e elaboração de procedimentos para avaliação da aderência das unidades auditadas aos protocolos técnicos de enfrentamento à pandemia.

O evento também promoveu uma mesa redonda sobre políticas de gênero. A abertura deste debate foi realizada pela assessora presidencial em Assuntos de Gênero da Argentina, que ressaltou a importância do tema, dada a existência de grandes números que expõem a desigualdade entre o gênero masculino e os demais, principalmente o feminino. Elencou como chaves para enfrentamento do problema: a revisão da formação acadêmica e das políticas de proteção das mulheres, a reforma da ação policial desde sua formação e ações de controle para equiparação de gênero no mercado de trabalho. Cumpre destacar que a Argentina foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas como o país que apresentou as respostas mais consistentes à violência de gênero no mundo durante a pandemia.



Após a abertura, foram apresentados observatórios públicos da Argentina, da Colômbia e do Paraguai, que possibilitam o levantamento e a análise de dados, gerando informações relacionadas ao cumprimento de políticas de gênero. Operam em parceria, por exemplo, com redes de serviços de atenção e de proteção

O secretário Federal de Controle Interno, Antônio Carlos Leonel, acompanha apresentação sobre gênero

a mulheres em situação de violência. Os observatórios também desenvolvem atividades de capacitação e sensibilização sobre o assunto.

Em paralelo, ocorreu a reunião do Comitê Técnico, na qual foram discutidos os resultados da "Auditoria Coordenada sobre acordos de integração de fronteiras do Mercosul", realizada por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai; e acordados os passos para a aprovação do "Manual de Intercâmbio de Boas Práticas", que visa a fomentar ações conjuntas entre os países membros e associados ao REOGCI.

O Brasil assumirá a presidência *pro tempore* do encontro. A próxima edição está prevista para ocorrer em novembro de 2021, sob a coordenação da Secretaria Federal de Controle Interno.

AS EDIÇÕES DO BOLETIM CGU INTERNACIONAL ESTÃO DISPONÍVEIS NA **BASE DE CONHECIMENTO DA CGU**.

Clique [aqui](#) para acessá-las.

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

